

Gente em primeiro lugar: o Brasil que queremos

Diretrizes para um novo programa partidário

Partido da Social Democracia Brasileira
Instituto Teotônio Vilela

Brasília

Novembro de 2017

Passados 30 anos de sua criação e da publicação de seu programa fundador, o PSDB depara-se hoje com o país em nova encruzilhada. Os desafios que ora se apresentam para transformar o Brasil numa nação próspera, soberana, mais justa e menos desigual são tão ou mais árduos que os que se apresentavam no fim do século passado.

Experiências de governo no passado recente desviaram o país da rota da reorganização do Estado, da responsabilidade fiscal e, como corolário, do desenvolvimento sustentado. Isto tornou mais difícil a tarefa de crescer, gerar oportunidades e distribuir renda.

Por ocasião da fundação do PSDB, em 1988, os principais obstáculos que o país tinha a transpor eram a inflação, que caminhava para o descontrole total, e a desigualdade social, agravada pela pesada herança da ditadura. Tínhamos que lidar, ainda, com o baixo crescimento econômico e com a crise que golpeava as finanças públicas após 20 anos de regime militar e populismo.

Ao assumirmos o governo do país, com as vitórias de Fernando Henrique Cardoso, fomos bem-sucedidos em derrotar a inflação, graças ao êxito do Plano Real, a partir de 1994. Isso permitiu avançar na desestatização da economia,

no ajuste e na responsabilidade fiscal, junto com políticas sociais ativas, como a universalização do ensino fundamental e a expansão da atenção básica de saúde.

Em síntese, implementamos políticas de desenvolvimento cuja orientação foi sempre uma só: pôr a gente brasileira em primeiro lugar.

Nosso legado foi exaurido pelo populismo e pela irresponsabilidade dos governos petistas, que terminaram afundando o país na mais profunda e longa recessão da nossa história. Regredimos, empobrecemos e agora, pela primeira vez em 25 anos, o Brasil voltou a registrar a perversa combinação de queda na renda e aumento da concentração de riqueza.

O inescapável instrumento para vencer o desafio de superar a desigualdade social e de renda é o crescimento econômico, atualmente bloqueado por duas graves crises: a de financiamento do Estado brasileiro e a de representatividade política. Ambas ameaçam pilares da nossa democracia.

Há generalizada falta de confiança: no mercado, nas lideranças, nas instituições, no país. Reconstituí-las é uma das nossas principais tarefas.

Vivemos o colapso das estruturas do Estado de bem-estar social preconizado na Constituição de 1988.

Por um lado, o Estado mostra-se inapto para devolver aos cidadãos o que eles pagam em forma de tributos e não tem conseguido responder adequadamente aos anseios da população.

Por outro, a sociedade civil exibe capacidade de investir, de realizar e promover melhorias por conta própria, mas vê-se tolhida por burocracias e estruturas do poder público que simplesmente não colaboram.

Na realidade, o que o Brasil precisa é de mais sociedade civil, mais mercado, de um Estado que funcione e, principalmente, melhore e facilite a vida das pessoas, encorajando e motivando talentos e assegurando condições necessárias para que todos possam desenvolver-se. Uma nação em que todos possam sonhar, ter esperança, oportunidades e, sobretudo, realizar e progredir.

A construção de um novo Brasil mais justo, solidário e desenvolvido exige a aproximação do poder público e das forças políticas aos reais interesses e necessidades dos brasileiros, rompendo o fosso que separa governantes de governados, ricos de pobres, capital de trabalho. Requer

energia, união, clareza de rumos e propósitos. E rejeita aventura, irresponsabilidade, populismo e demagogia.

Melhor distribuição de renda, inclusão social, serviços públicos de qualidade, oportunidades de emprego, valorização da cidadania são demandas justas da nossa sociedade democrática e liberal contemporânea.

Nossos objetivos estratégicos, ora renovados, são: i) retomar o crescimento; ii) combater a pobreza e as desigualdades; iii) oferecer igualdade de oportunidades para todos; iv) eliminar privilégios consolidados por décadas; v) prestar serviços públicos adequados, a começar pela educação, pela saúde e pela segurança; vi) fortalecer a federação e vii) promover o desenvolvimento regional.

*

A experiência do PSDB

O PSDB tem muito que mostrar, seja pela sua exitosa experiência no plano federal com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), seja pelas administrações estaduais e municipais comprometidas com a promoção do bem-estar social, ancoradas em práticas e

valores republicanos e marcadas por gestões fiscais responsáveis.

Em seus 30 anos de história, o PSDB demonstrou seu compromisso com os avanços sociais, com a estabilidade da moeda, com o equilíbrio das contas públicas, com a melhor governança e gestão administrativa, com a reforma do Estado para colocá-lo a serviço da população e não de privilégios, com a modernização, a globalização e a integração de mercados.

São muitas as nossas realizações e nunca é demais elencar algumas delas.

Nossas políticas sociais buscaram a universalização da saúde e o maior cuidado com a atenção básica; a inclusão de todas as crianças nas escolas do ensino fundamental; a constituição de uma rede de proteção social e a criação de programas de transferência de renda ancorados em condicionalidades voltadas à superação da situação de pobreza e miséria dos beneficiários.

No campo econômico, derrotamos a inflação com o Plano Real; modernizamos a economia com maior abertura ao capital privado e maior integração ao mercado global; aumentamos o acesso da população a bens e serviços, por meio de privatizações e concessões; elaboramos, implementamos e

defendemos a Lei de Responsabilidade Fiscal, para garantir que o governo só gaste o que arrecada; apoiamos a modernização da agropecuária; promovemos o Proer, o saneamento dos bancos estaduais e do sistema financeiro nacional.

No entanto, os governos petistas desequilibraram o tripé da política macroeconômica – responsabilidade fiscal, metas de inflação e câmbio flutuante revelaram-se insuficientes – e exauriram a nossa herança. Assim, diante da gravidade dos problemas nacionais e da extensão dos desafios, é preciso, agora, ir além e fazer muito mais.

Crescimento, combate à desigualdade e oportunidades para todos

Na história da humanidade, o capitalismo é o sistema econômico que gera mais e melhores condições materiais para que as sociedades e as pessoas possam conquistar melhor qualidade de vida e mais oportunidades. O livre mercado desempenha importante papel na dinâmica capitalista, mas, por si só, não é capaz de assegurar distribuição mais equânime das riquezas produzidas e, assim, superar as desigualdades e a pobreza.

Torna-se necessária, portanto, a intervenção do Estado democrático por meio de políticas públicas que enfrentem tanto a pobreza quanto as desigualdades e assegurem a cada um as oportunidades de ascender econômica e socialmente.

Mas nenhum progresso é conquistado se não há crescimento econômico, condição necessária, ainda que não suficiente, para a redução das desigualdades, a criação de oportunidades para todos e a geração de riqueza e renda. Sem crescimento, os demais objetivos sociais e políticos ficam inviabilizados.

O Estado brasileiro perdeu a capacidade de planejamento e a economia de mercado, sozinha, e sem ainda ter se realizado plenamente no país, não é capaz de resolver a equação. É preciso, pois, definir um novo plano nacional de desenvolvimento, uma estratégia bem traçada do início ao fim, com rumo claro, objetivos e prazos a serem cumpridos.

Uma nação como o Brasil deve ter como meta dobrar sua renda per capita nos próximos 20 anos. É factível, é viável, é necessário.

Para crescer, é preciso política econômica mais arrojada, que começa por profunda reestruturação das finanças dos governos. Mais do que ajustar ou reparar, é preciso tornar novo. A maioria das instituições brasileiras, desde o

orçamento até o sistema público, passando pela administração pública, está baseada em leis da década de 1960. O mundo e o Brasil mudaram drasticamente, mas até hoje não fomos capazes sequer de promover reformas básicas, quando precisamos cada vez mais de sistemas novos.

No mínimo, é preciso cortar desperdícios, combater sobrepreços nos contratos públicos, contratar novos servidores por concurso e só quando necessário. Mas urge ir além do ajuste e reformar os regimes de previdência geral e dos servidores; construir um novo sistema tributário; modernizar a administração pública, inclusive para explorar ao máximo as potencialidades de governo eletrônico.

A agenda da produtividade e da competitividade é a outra dimensão dessa nova estratégia de crescimento econômico. O mundo passa por uma revolução tecnológica que requer inovação, investimentos em educação, ciência e tecnologia, treinamento adequado da mão de obra, inserção do país nas cadeias globais, melhoria do ambiente regulatório e redução substancial do custo-país.

Numa terceira vertente, também devem ser impulsionados a agenda de concessões e privatizações, sobretudo na área de

infraestrutura logística, e acordos comerciais que expandam as exportações de maior valor agregado.

As modernas formas de organização e produção, derivadas do uso intensivo de novas tecnologias, da robótica, da automação e da inteligência artificial, devem estar associadas a esta estratégia de construção de um país que cresça, gere empregos de qualidade e melhor remuneração e distribua melhor as riquezas que produz. Para tanto, é imprescindível assegurar aos brasileiros condições adequadas de formação, capacitação e conhecimento.

O Estado que precisamos

Nestas três décadas que se seguiram à implementação de benefícios estabelecidos na Constituição Federal de 1988, o Estado brasileiro não se transformou o suficiente para deixar de ser caro, inchado e ineficiente. Ao contrário, em vez de servir como vetor de desenvolvimento da cidadania, tornou-se fardo ainda mais pesado a ser suportado pela população.

Faltou melhor equalização entre os louváveis fins expressos em nossa lei maior, baseados na construção do bem-estar social, e os meios necessários para provê-los de forma mais

efetiva – ainda que resultados consideráveis tenham sido obtidos, entre outros, na estruturação do Sistema Único de Saúde e de uma ampla rede de proteção social. Por isso, é fundamental redesenhar a organização do Estado nacional e reorientá-lo para perseguir o desenvolvimento com base num novo projeto estratégico.

Ainda hoje o Brasil espera pelo “choque de capitalismo” proposto por Mario Covas em 1989 e que agora, mais que nunca, também depende de um choque de planejamento e de reorganização do Estado, com maior participação da sociedade civil e da cidadania.

Nossa economia só voltará a crescer se o Estado conseguir superar a crise de financiamento que o atinge. Para tanto, é necessário recompor suas condições de solvência, apontar horizontes de médio e longo prazo, enfrentar suas disfuncionalidades e, sobretudo, colocá-lo a serviço do interesse geral da sociedade e de aspirações setoriais legítimas, repelindo demandas escusas de grupos de pressão, burocracias e corporações.

O Estado tem que ser probo, mais próximo das pessoas, capaz de liderar, equipado e capacitado para os desafios que se apresentam. Tem que gastar com eficiência o dinheiro que o cidadão recolhe. Tem que criar condições adequadas para

que a atividade privada se desenvolva, inclusive por meio do empreendedorismo. Tem que ser alavanca para o desenvolvimento econômico e social, e não entrave.

O Estado brasileiro precisa converter-se em indutor do desenvolvimento, assegurar ambiente de negócios mais propício à competição, mais dinâmico para as empresas e mais favorável para quem trabalha e produz.

Nem máximo, nem mínimo, pois esse é um falso dilema, o Estado eficiente, musculoso, deve também recuperar sua capacidade de regulação, garantindo melhores serviços aos usuários e a necessária segurança jurídica para a realização dos negócios. Para tanto, cumpre fortalecer os órgãos de regulação, fiscalização e controle, bem como resgatar a independência técnica e financeira das agências reguladoras.

O governo que almejamos: foco no cidadão

Nos últimos anos, a máquina estatal agigantou-se e passou a consumir recursos escassos que deveriam estar servindo à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Esse tempo não pode mais continuar. A população demanda eficiência – fazer mais com o mesmo – e eficácia – atingir os objetivos a que cada política se propõe – dos gastos

públicos. Ser mais enxuto é condição para atender melhor os cidadãos no futuro.

As políticas públicas demandam novo modelo de gestão: profissionalização, planejamento rigoroso, definição de metas de desempenho, acompanhamento e fiscalização permanentes, como forma de garantir melhores serviços públicos e qualidade de vida para a população.

É necessário empreender combate sem tréguas ao desperdício, à burocracia opressiva, à má gestão, ao improviso, à ineficiência, à malversação dos recursos públicos, aos supersalários e ao alto custo do Estado, colocando-o a favor do interesse público e não de uma minoria.

A promoção de uma reforma administrativa que produza maior racionalidade nas decisões, com redução do número de ministérios, cargos e órgãos, permitirá aumentar a qualidade dos serviços públicos ofertados. Gastar menos com o governo para poder investir mais nas pessoas.

Apenas as estatais e empresas públicas que se justificarem devem ser mantidas em poder do Estado. Mas todas, sem exceção, só devem existir se colocadas a serviço do interesse geral da sociedade, e não submetidas a interesses escusos de particulares, partidos, grupos políticos, empresas ou corporações.

Valorizar a meritocracia no funcionalismo, o profissionalismo na gestão pública e combater o aparelhamento político-partidário que prejudica a administração do país e, logo, a melhoria de vida de toda a população.

Isso só será possível se os servidores, recebendo formação necessária e adequada para seu exercício profissional, puderem ser premiados pelo mérito, mas também desligados de suas funções em casos comprovados de insuficiência de desempenho.

Pelas reformas, contra os privilégios

O Estado brasileiro não pode mais ser vetor de distribuição de privilégios e concentração de renda nas mãos de ricos e poderosos, marca dos governos recentes. O Estado gigante e governos ineficientes oprimem o Brasil da cidadania. O Brasil das corporações, do patrimonialismo, do clientelismo e dos privilégios sabota e impede que se realize o ideal de crescimento, justiça social e criação de oportunidades para todos.

O Brasil não terá chance de sucesso se não reverter estas condições, superar o atraso, a irresponsabilidade e se

preparar para uma realidade em que o aumento da produtividade e da competitividade tem papel-chave.

Esta preparação já está atrasada. Assim, a agenda do país é reformista, pelo fim dos privilégios de poucos e em benefício da coletividade. Sem isso, o destino é inexorável: estagnado, sem perspectiva, o Brasil entrará em colapso. Não é este o futuro que nossa gente merece.

O capitalismo de compadrio tem que acabar. A concessão de subsídios, renúncias fiscais, desonerações e benefícios tributários requer regras, objetivos e metas claras, transparentes e amplamente debatidas com a sociedade, com correspondente avaliação periódica cotejando resultados e custos – e isso vale para todo o orçamento público! Em particular, o acesso dos mais ricos a serviços públicos gratuitos precisa ser reavaliado.

Educação, a causa nacional

Em nossa agenda, a educação é central e estratégica para a transformação do país e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, por meio da

qual o destino de cada criança não será mais determinado pelas condições materiais de sua família ou pelo local em que nasce ou vive.

Eis a essência da igualdade de oportunidades: educação, saber e conhecimento dão dignidade às pessoas, porque as tornam partícipes do processo de construção da nação e porque elevam a renda, a qualidade do emprego e as condições de vida.

Os nossos jovens têm que ter seu lugar em nosso país!

Cidadãos formados com espírito republicano, com discernimento ético e solidários com seus compatriotas compõem base firme sobre a qual se ergue o edifício democrático e a coesão social.

Cidadãos melhor preparados para os desafios do mundo do trabalho, servidos por um ensino que também eleve o acesso à ciência, à inovação e à tecnologia, são alicerces para a prosperidade individual e coletiva.

É preciso reafirmar, também na educação, as políticas de inclusão, dando a devida atenção a todos aqueles que foram historicamente discriminados por uma sociedade injusta: as mulheres, os indígenas, os negros e os mais pobres, em especial.

Os esforços devem começar pela atenção especial à primeira infância, pela melhoria da qualidade do que é oferecido aos alunos em sala de aula e pela aproximação do ambiente escolar ao universo real dos nossos jovens.

O básico – pelo menos – precisa ser efetivamente ensinado. Toda política educacional brasileira deve ter uma meta clara: assegurar que as crianças e os jovens, de fato, aprendam enquanto estiverem na escola. Para tanto, devemos ser capazes de conjugar a autonomia de escolas e professores com a cultura de avaliação de resultados que nos permita aferir se estamos preparando adequadamente nossos estudantes para os desafios do presente e do futuro. Nossas escolas têm de ser mais comunitárias, abertas a maior envolvimento e mobilização de pais e responsáveis, sob a liderança de diretores motivados, bem formados e respeitados.

Políticas redistributivas, autonomia e desenvolvimento

As políticas redistributivas do PSDB sempre tiveram como marca a busca da autonomia e da emancipação dos brasileiros, a fim de que consigam trilhar seu próprio caminho, sem depender do Estado.

Assim devem continuar.

O PSDB acredita firmemente que cada pessoa deve ser livre para realizar seus próprios sonhos, explorar seus interesses e, respeitando os marcos constitucionais e democráticos, batalhar pelo que acredita. Acontece que, no Brasil, alguns sempre tiveram mais chances do que outros.

É esta engrenagem social perversa que, desde a nossa fundação e em todas as nossas gestões, buscamos quebrar – tanto porque acreditamos que os indivíduos devem ser protagonistas de suas próprias vidas, quanto porque o progresso social e o crescimento econômico de uma nação são, sempre, resultado de esforços coletivos.

As políticas redistributivas e sociais do PSDB são substrato para que, independentemente de suas origens, os cidadãos possam explorar suas potencialidades e o reconhecimento de que bons serviços públicos prestados em áreas diversas, como saúde, educação e segurança pública, são o mínimo que o Estado pode lhes entregar como retribuição pela prosperidade que ajudaram a criar.

Em nosso histórico de realizações, falam por si exemplos como o Comunidade Solidária, o Bolsa Escola, o Saúde da Família, os medicamentos genéricos e as estratégias vitoriosas de combate à aids.

A experiência evidencia que, para ser bem-sucedida, toda e qualquer iniciativa nesta área deve envolver parceria e cooperação entre governo federal, estados, municípios e sociedade civil.

Bem-estar, gestão e responsabilidade

A história brasileira recente demonstra, à exaustão, as perdas e os danos associados à malversação do dinheiro público e ao pouco-caso com as restrições orçamentárias. Esta é uma experiência que não pode ser esquecida – e nunca mais repetida!

Para construir um país mais equânime, o Estado tem que superar a crise de financiamento que o acomete e recuperar suas condições fiscais, para que possa prover os serviços básicos que uma sociedade de bem-estar precisa ter: assistência social, previdência, saúde, educação, justiça e segurança.

O Estado deve promover o bem-estar por meio de educação básica e universalização do atendimento de saúde de qualidade, incluindo a expansão urgente dos serviços de saneamento, com água limpa, esgoto coletado e tratado para todos.

Deve assegurar, ainda, um ativo braço social capaz de proporcionar aos mais pobres e aos excluídos da sociedade de consumo condições mais dignas de vida.

A mudança demográfica impõe especial atenção e a solidariedade recomenda políticas públicas que zelem com mais cuidado por nossa população idosa e maior assistência dedicada a pessoas com deficiência.

Não há liberdade onde não há segurança. Portanto, a cidadania só será exercida plenamente em ambiente em que a proteção e a integridade dos cidadãos estejam garantidas.

Cabe ao governo federal avocar a si a responsabilidade pelo enfrentamento da epidemia nacional de violência – que vitima, sobretudo, jovens pobres e negros – e de consumo de drogas. Urge enfrentar com firmeza e derrotar a criminalidade, alimentada pela perpetuação de iniquidades sociais, pelo pouco respeito às leis e pela erosão dos valores da autoridade.

O Estado deve aperfeiçoar a ação policial e assegurar meios para combater o crime organizado; reformar o sistema prisional, para que condenados possam ser reintegrados à sociedade após cumprir suas penas; acabar com a morosidade da Justiça, para que a lei seja aplicada sem protelações e passe, assim, a ser respeitada. Inteligência e

tecnologia devem estar a serviço da segurança pública, com atenção especial ao combate ao tráfico de drogas, armas e contrabandos que ingressam pelas nossas vulneráveis fronteiras.

Justiça tributária e equilíbrio federativo

Assim como nas democracias consolidadas e nas economias avançadas, o Estado brasileiro precisa ter capacidade para financiar boas políticas públicas. A carga tributária deve ser mais bem distribuída – recaindo mais sobre a propriedade e a renda, e menos sobre o consumo – para proporcionar o financiamento de bons e focalizados programas compensatórios e de transferência.

A reforma tributária deve promover a simplificação e a progressividade, condizente com a salvaguarda dos mais pobres. O princípio de justiça fiscal pressupõe a adoção do critério de capacidade contributiva, isto é, tributos maiores para os que detêm mais riqueza, menores para os que têm menos.

A federação também precisa ser resgatada e valorizada: menos poder para Brasília e mais poder para estados e

municípios. O governo federal deve liderar a cooperação e impulsionar medidas urgentes para enfrentar a situação calamitosa em que se encontra a maior parte das unidades subnacionais – sem, contudo, abrir mão da necessária responsabilidade e rigor com os recursos públicos.

Propomos uma grande repactuação entre estados, municípios e governo central, atrelada a uma reforma tributária que adote o modelo universal de imposto sobre valor agregado e incentive a capacidade empreendedora dos brasileiros. Em troca, promover a renegociação de dívidas estaduais e municipais e o aumento dos fundos de participação, condicionados a projetos de infraestrutura social e logística com alto impacto para o crescimento.

Equilíbrio e harmonia entre estados são condições para que a federação possa enfrentar e superar desigualdades sociais e regionais que ainda persistem no país. É imperativo tratar, com o cuidado e a atenção que merecem, as necessidades e os desafios específicos de cada região, a exemplo do Nordeste e da Amazônia. A diversidade regional é ativo de que poucas nações dispõem e, portanto, o desenvolvimento integrado de todas as partes do país deve ser tratado como potencial estratégico para o Brasil.

Democratizar a democracia e radicalizar a cidadania

A sociedade brasileira demanda política de resultados, que resolva os problemas reais dos cidadãos. O povo está carente de realizações, da política concreta, daquilo que o ajuda a melhorar de vida. Pede mais pragmatismo, sem perder de vista os ideais maiores: desenvolvimento econômico e igualdade de oportunidades, sempre com sensibilidade social.

O divórcio entre a sociedade civil e o poder público está minando a confiança, os valores e a crença no Brasil. Isso não pode continuar.

É nossa prática rejeitar o populismo, a demagogia, o clientelismo, o patrimonialismo e o fisiologismo.

Nossos valores são aqueles caros à república: liberdade, igualdade e solidariedade, reforçados pelo respeito à ética, à democracia e aos direitos humanos.

Para vencermos a crise de representatividade atual, que não é exclusiva do nosso país, será necessário democratizar a nossa democracia e radicalizar a cidadania. É nosso dever atuar para que os brasileiros recuperem a confiança na política, nas instituições e no país.

Neste sentido, promover uma reforma política que reaproxime o eleitor de seus representantes, amplie a transparência e os canais de participação – aproveitando, inclusive, as possibilidades criadas pelas novas tecnologias – e restaure condições para uma governabilidade sadia.

Em particular, que resulte na adoção do parlamentarismo como sistema de governo e na mudança para o voto distrital misto como sistema eleitoral.

A política precisa abrir-se à sociedade, estabelecer o voto facultativo e adotar mecanismos transparentes de financiamento privado e público sob estritas condições, rigorosa fiscalização e prestação de contas. A participação das mulheres – em sentido mais amplo e, em particular, no PSDB – tem de ser maior, condizente com sua relevância e seu papel. Toda a diversidade presente em nossa sociedade, que é plural, livre e democrática, também precisa estar adequadamente representada na política.

A atividade pública não pode servir ao enriquecimento pessoal, mas somente ao bem comum. Não compactuaremos com a corrupção, a desonestidade, a falta de ética, os desmandos.

No concerto das nações, é na sua riqueza ambiental e em sua imensa biodiversidade que o Brasil exibe uma de suas maiores potencialidades. Temos importante contribuição a dar para o combate ao aquecimento global, à renovação da matriz energética e à implementação de metas contidas no Acordo de Paris e nos objetivos da Agenda 2030.

O Brasil tem a oportunidade de se transformar rapidamente numa economia de baixo carbono, com ampla participação de energias renováveis e práticas industriais, comerciais e agrícolas baseadas na sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Nossa agricultura, que já é uma potência global, tem condições de produzir com ainda mais produtividade, sem degradar, com técnicas de produção e manejo que não conflitem com o meio ambiente.

Cada vez mais, o mundo globalizado cobra sustentabilidade, inovação e formação técnico-científica adequada. Nosso crescimento econômico dependerá do uso racional dos recursos naturais, da aplicação do melhor conhecimento à produção e da integração das nossas linhas de produção às cadeias globais de valor.

*

Nosso compromisso, nossa missão, nossa luta

Confiança, esperança e compromisso com o Brasil nos motivam a atualizar as diretrizes fundadoras do PSDB. A oportunidade é própria também para reconhecer dificuldades, contratempos e insucessos. Mas não nos impede de registrar e comemorar a marcante e decisiva contribuição tucana ao país nestes últimos 30 anos. Se existiram erros, houve muito mais acertos.

A renovação dos compromissos públicos do PSDB reforça a disposição que sempre cultivamos: aprender com a história, investir no diálogo e na união, construir consensos, soluções e, sobretudo, trabalhar muito e com energia por um país melhor para todos os brasileiros.

O PSDB nasceu para mudar o Brasil. E esta permanece sendo a nossa vocação.

Estamos dedicados a servir como instrumento de transformação para fazer valer o intenso desejo que os brasileiros alimentamos de viver num país mais próspero, mais justo, mais ético.

Um Brasil de pleno exercício da cidadania, de fortalecimento da sociedade civil e de respeito incondicional aos valores

fundadores da república. De sonhos e de esperanças, de dignidade e respeito. Um país, sobretudo, de oportunidades.

Nosso compromisso continua o mesmo, desde que nascemos longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas, desde que nossos governos promoveram o bem-estar e a prosperidade de nossos cidadãos: colocar a gente brasileira em primeiro lugar. Sempre.

Os desafios postos pelo mundo contemporâneo nos cobram coragem e ousadia. Exigem dedicação, criatividade e, acima de tudo, responsabilidade. A hora é de reconstrução.

*Com esta iniciativa, buscamos dialogar com a sociedade, ouvir o povo, compartilhar com os cidadãos nossas diretrizes, ideias e valores, em um debate franco e plural que congregue o maior conjunto de forças possível. **Este não é um documento definitivo. É uma proposta aberta, pronta para receber novas e bem-vindas colaborações. É assim que pretendemos, juntos, construir um país mais fraterno, justo e desenvolvido. O Brasil que queremos.***

